

## **ARTIGOS**

## Conexões Entre Inteligência Política e Manutenção do Poder

em Nicolau Maquiavel

*Connections between political intelligence and power maintenance*

*in Niccolo Machiavelli*

*Conexión entre inteligencia política y manutención del poder en Nicolás Maquiavelo*

Fabio Régio Bento, Dr.<sup>1</sup>

<sup>1</sup>fabiovento@unipampa.edu.br, Universidade Federal do Pampa, Brasil

### Resumo:

O Príncipe, escrito em 1513 e publicado em 1531, quatro anos depois da morte de Nicolau Maquiavel (1469-1527), após mais de cinco séculos de sua redação continua sendo reproposto permanentemente por meio de várias traduções, nem sempre coerentes com o texto de 1513. De fato, como constatou Marques (2006, p.41), o Maquiavel de O Príncipe ainda continua sendo apresentado como “um professor do mal”. Ao contrário, porém, do que afirma o senso comum, o secretário florentino não foi maquiavélico.

Neste artigo, por meio do estudo direto de O Príncipe com o texto em italiano de 1513 (MACHIAVELLI, 1988), e com o auxílio da tradução de Maria Lucia Cumo (MAQUIAVEL, 1996), analisaremos as conexões em O Príncipe entre inteligência política e manutenção virtuosa do poder, sustentando que O Príncipe não é um livro amoral, nem imoral, mas de moral política da manutenção inteligente do poder segundo o que Maquiavel compreende por virtudes políticas.

**PALAVRAS-CHAVES:** Maquiavel, O Príncipe, manutenção do poder

### Abstract:

The Prince, written in 1513 and published in 1531, four years after Niccolo Machiavelli's death (1469-1527), continues to be permanently reproposed, after more than five centuries of its inception, throughout a wide range of translations, not always coherent with the 1513 manuscript. In fact, as noted by Marques (2006, p. 41), Prince's Machiavelli is still presented as a “teacher of evil”. On the contrary to what the common sense affirms, however, the Florentine secretary was not Machiavellian.

In this paper, through a direct study of The Prince in the Italian manuscript of 1513 (Machiavelli, 1988), and with the aid of translation from Maria Lucia Cumo (Maquiavel 1996), we shall analyze the connections in The Prince between political intelligence and virtuous maintenance of power, by claiming that The Prince is not an amoral neither immoral book, but of political morality of the intelligent maintenance of power according to what Machiavelli understands as political virtues.

**KEY WORDS:** Machiavelli, The Prince, power maintenance

**Resumen:**

El Príncipe, escrito en 1513 y publicado en 1531, cuatro años después de la muerte de Nicolás Maquiavelo (1469-1527), pasados más de cinco siglos de su redacción continúa siendo repropuesto permanentemente mediante varias traducciones, ni siempre coherentes con el texto de 1513. De hecho, como lo constatará Marques (2006, p. 41) el Maquiavelo de El Príncipe todavía sigue siendo presentado como “un profesor del mal”. Sin embargo, contrariamente a lo que afirma el sentido común, el secretario florentino no fue maquiavélico.

En este artículo, por medio del estudio directo de El Príncipe con el texto en italiano de 1513 (MACHIAELLI, 1988), y con el auxilio de la traducción de Maria Lucia Cumo (MAQUIAVEL, 1996), analizaremos las conexiones en El Príncipe entre inteligencia política y manutención virtuosa del poder, sosteniendo que El Príncipe no es un libro amoral, ni inmoral, sino de moral política de la manutención inteligente del poder, de acuerdo con lo que Maquiavelo comprende como virtudes políticas.

**PALABRAS-CLAVE:** Maquiavelo, El Príncipe, manutención del poder

**Introdução**

Em 1513, quando Maquiavel escreveu O Príncipe, a Itália ainda não existia na forma política como a conhecemos hoje. Havia um território denominado península Itália e um idioma relativamente compartilhado, criado séculos antes por Dante Alighieri. A unidade da Itália ainda era um sonho político, uma utopia, entendida como projeto, meta a ser realizada. Na Europa, Portugal, Espanha, França já haviam unificado suas monarquias, mas na Itália ainda não havia unidade nacional. De fato, na época de Maquiavel “a Itália estava dividida em cinco grandes Estados: 1) o Reino de Nápoles, ao sul; 2) os Estados Pontifícios e 3) a República de Florença, ao centro; 4) a República de Veneza e 5) o Ducado de Milão, ao norte” (PIZZORNI, 1989, p.41). Nesse contexto de não-unidade nacional, de dominação estrangeira, Maquiavel ambiciona a unidade política nacional da península itálica sob a forma de uma monarquia nacional comandada por um príncipe novo, sábio, prudente, corajoso que viria da casa dos Médicis. Como resumiu Mario D’Addio (1995, p.298),

a exortação dirigida a Lourenço de Médicis no capítulo final do Príncipe, para que ele assuma a iniciativa de liberar a Itália do estrangeiro, mediante a

constituição de um Estado forte italiano na Itália centro-setentrional, demonstra que a análise conduzida no *Príncipe* se traduz no final em um específico programa de ação política.

Ora, o sonho de Maquiavel, como sabemos, ocorrerá somente mais de três séculos depois, no final de 1800, com a proclamação do Reino da Itália. Como explicar o sucesso inoxidável de *O Príncipe*, meio século depois de sua redação, dado que nem mesmo realizou o objetivo imediato *ad hoc* para o qual foi escrito? Explica-se o sucesso científico e político de *O Príncipe* a partir da compreensão da palavra “clássico”, que significa de valor permanente. Assim, o que é que tem valor permanente em *O Príncipe*? Aquilo que há de involuntário nessa obra de Maquiavel. Sua intenção era identificar o perfil do príncipe ideal para a construção de uma monarquia nacional que unificasse politicamente a península itálica. Para isso, ele elaborou uma sua análise das relações políticas, com emprego de um método original e com a elaboração de conteúdos políticos também diferentes dos de seu tempo.

Tal método e conteúdo de Maquiavel, em *O Príncipe*, tornaram-se de interesse geral, permanente, clássico. O que ele escreveu *ad hoc* para o príncipe que unificaria a Itália, conforme seu desejo político, permaneceu como clássico da ciência e da política prática, mesmo não sendo realizado o objetivo voluntário imediato de Maquiavel em *O Príncipe*. Mas o que há de original e permanente (clássico) nesse objetivo involuntário de Maquiavel? Para o italiano Benedetto Croce (1931, p.181), “contra os que concebiam o Estado como instituto moral e religioso submisso às regras da piedade cristã, convinha gritar que os Estados não se governam com os pais-nossos; e que exigem, em vez, virtudes”.

A nosso aviso, as virtudes políticas do príncipe ideal, segundo Maquiavel, são as necessárias à realização de seu objetivo principal. Assim, para a unificação da Itália e para a estabilidade política de qualquer principado, seria necessário um príncipe focado na conquista e manutenção inteligente do poder. Quais virtudes políticas são necessárias à manutenção inteligente do poder? Desenvolveremos nossa resposta a essa interrogação investigativa por meio de dois capítulos. O primeiro, sobre o método empregado por Maquiavel na análise da realidade política de seu tempo. O segundo, sobre o que consideramos ser o elemento cognitivo e político central da análise política de Maquiavel em *O Príncipe*, a saber, as conexões entre inteligência política e manutenção do poder.

## 1. Método empregado por Maquiavel em O Príncipe

Maquiavel escreve O Príncipe com uma intenção específica, dirigida, um livro endereçado ao Magnífico Lourenço de Médicis, a quem explica que não oferecerá “cavalos, armas, ricos tecidos e pedras preciosas”, mas um presente diferente, seu “conhecimento das ações dos homens com poder”, ao qual chegou pela sua “longa experiência” direta como secretário político de Florença, e pelo “estudo do mundo antigo” (1996, p.09). Suas análises sobre as relações reais de poder, e sobre a natureza do povo e dos príncipes nas suas relações políticas - objeto central de O Príncipe -, Maquiavel as reuniu “em um pequeno volume” (Ibidem, p.09) e as enviou a Lourenço de Médicis para que tal volume o ajudasse a realizar “grandes metas” (Ibidem, p.10). De qual grande meta se tratava? A isso ele retornará no capítulo final de O Príncipe, intitulado “Exortação para retomar a Itália e libertá-la dos bárbaros”, onde afirma que, segundo sua avaliação, chegara o momento favorável para que um “novo príncipe”, “prudente e valoroso” (Ibidem, p.151) pudesse agir para superar as separações da península itálica. E o redentor político da Itália dividida viria, segundo Maquiavel, da casa dos Médicis: “Não se vê, no presente, alguém em quem ela possa esperar fora de vossa ilustre casa, a qual, com sua fortuna e virtude, favorecida por Deus e pela Igreja, da qual ora é príncipe, pode levá-la a esta redenção” (Ibidem, p.152).

O apelo de Maquiavel é insistente. Ele quer convencer a casa dos Médicis a assumir imediatamente tal responsabilidade política redentora que conduza à unidade da Itália, um projeto, ideal, em contraste com a realidade de uma Itália dividida:

Não se deve, portanto, deixar passar esta ocasião, para que a Itália, depois de tanto tempo, veja o seu redentor. (...) Tome, pois, a vossa ilustre casa esta missão com o ânimo e a esperança com que se tomam as causas justas; para que, sob o seu brasão, esta pátria seja enobrecida (1996, p.155-156)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> “Non si debba, adunque, lasciare passare questa occasione, acciò che l’Italia, dopo tanto tempo, vegga un suo redentore. (...) Pigli, adunque, la illustre casa vostra questo assunto, con quello animo e con quella speranza che si pigliano le imprese juste; acciò che, sotto la sua insegna, e questa patria ne sia nobilitata” (1988, p.126).

Esse era o objetivo que levou Maquiavel a escrever *O Príncipe*. Suas análises das relações políticas de poder, seu realismo metodológico típico, inserem-se nessa moldura idealista do Maquiavel italiano patriota que deseja que seja construída aquela pátria unificada que ainda não existe na prática, na península itálica dividida politicamente. “Eu amo a minha pátria mais do que a alma”, revelou expressamente Maquiavel (apud PIZZORNI, 1989, p.48). E é nessa moldura patriótica ideal, utópica da unificação da Itália que está inserido o quadro de sua análise da política real. Ora, não vamos aqui analisar a história da moldura, objetivo tardiamente realizado, mais de 300 anos após a morte de Maquiavel. Vamos analisar o quadro, as análises de conteúdo elaboradas por Maquiavel, que se tornaram clássicas, permanentes, indo além do valor conjuntural do processo histórico transitório da moldura. Em suma, sua obra *O Príncipe* não se tornou clássica pelo que diz respeito à unificação ou não da Itália (a moldura), elemento conjuntural de sua obra, transitório, mesmo sendo o motivo de sua criação. *O Príncipe* tornou-se clássico, permanente, pelas análises materiais das relações de poder elaboradas por Maquiavel (o quadro). As análises políticas que o secretário florentino fez pensando em sua utilidade local, conjuntural, foram reconhecidas como válidas em outros espaços e tempos políticos.

Em *O Príncipe*, Maquiavel identificou e analisou alguns elementos do núcleo cognitivo central da complexidade das relações políticas de poder que tornaram sua obra célebre, vital, atual na compreensão científica das relações materiais de poder, e que ele apresentou por meio de classificações, tipologias políticas fundadas em suas experiências políticas como secretário florentino e em suas leituras da história política. De fato, para Villari, “a base científica” do “sistema científico” de Maquiavel é ao mesmo tempo teórica e prática, “se funda na experiência e na história, a segunda continuamente reafirmando as conclusões da primeira” (1989, p.21).

A opção de Maquiavel por uma metodologia indutiva, ou seja, que a partir da análise da realidade elaborava uma sua interpretação - exercício metodológico praticado ao longo de todo *O Príncipe* - é explicitada no Capítulo XV da obra, no qual analisa as relações dos príncipes com súditos e aliados:

Como sei que muitos escreveram sobre esse assunto, creio que serei considerado presunçoso, sobretudo porque discordarei da opinião dos outros. Mas como tenho a intenção de escrever algo útil para quem a queira entender, pareceu-me conveniente ir atrás da verdade efetiva da

coisa, em vez da imaginação. Muitos imaginaram repúblicas e principados que nunca se viu nem se soube que fossem verdadeiros por serem tão diversos de como se vive para como se deveria viver. Aquele que deixa o que se faz pelo que se deveria fazer aprende a se arruinar em vez de se preservar (1996, p.91).

A coisa, real, material é que interessa a Maquiavel, posição diferente da metafísica política, com foco em ideias e ideais em vez de coisas reais. Não que Maquiavel não tivesse um ideal para a política real, mas um ideal que se sustentava na análise da realidade, em uma utopia realista em vez de uma utopia idealista. De fato, como vimos, ele quer a unificação da Itália (ideal). Segundo ele, as condições históricas seriam favoráveis a essa mudança política, o que de fato, porém, não se realizou em seu tempo.

Em tal Capítulo XV, Maquiavel sustenta que trocar a busca da compreensão do que se faz, pela compreensão metafísica do dever ser, é um erro político-metodológico que pode ser fatal para o príncipe. Assim, ele não nega o ideal (projeto) político, até porque um projeto desse tipo o anima e orienta suas análises, mas rejeita a inversão da ordem metodológica que troca a prioridade da análise do que se faz pela adesão, sem sustentação na análise fática, ao que se deveria fazer.

Essa metodologia maquiaveliana para a qual são “fantasias” os projetos sem sustentação no estudo da “realidade” (1996, p.92), considera a ética descritiva (compreensão do comportamento real) prioritária em relação à metafísica normativa, e elabora também ela uma ética (indutiva) normativa, a indicação do que um príncipe sábio deve fazer para a manutenção inteligente do poder, analisando seus custos, mas a partir da análise do comportamento político real, sem ter como ponto de partida o que poderia ser um amordaçamento da compreensão do real pela imposição de uma metafísica normativa a priori, sem conexão vital com a realidade de fato. E é com tal metodologia indutiva, com suas classificações e tipologias, presente em todo O Príncipe, não apenas no Capítulo XV, que Maquiavel fará suas análises políticas sobre as relações materiais de poder.

## **2. Conexões entre inteligência política e manutenção do poder**

Apesar de tantas traduções, reedições, artigos, capítulos de livros, a obra O Príncipe ainda continua sendo compreendida mais pelo que não é do que pelo que é. O Príncipe não é um manual de maldades políticas necessárias para a manutenção do poder

a qualquer custo. Não é um receituário de crueldades políticas que seriam coercitivas. Maquiavel não foi maquiavélico, no sentido apresentado por vários dicionários da língua portuguesa: maldoso, perverso, diabólico, e nunca escreveu a frase “os fins (bons) justificam (o emprego de) os meios (imorais)”. Maquiavel foi um idealista realista: elaborou de forma indutiva uma síntese analítico-descritiva das relações reais, materiais de poder (seu realismo) em função do seu objetivo ideal, político-nacional: a unificação da península itálica.

Maquiavel não separou a política da moral, mas da moral política metafísica de seu tempo. Assim, *O Príncipe* não é um livro de amoralidade ou de imoralidade política, mas um livro sobre o comportamento moralmente correto do príncipe virtuoso, segundo as “virtudes políticas” (CROCE, 1931, p.181) necessárias do ponto de vista da cognição da realidade e da ação política do príncipe prudente, resoluto na manutenção inteligente do poder (dever moral-político do príncipe sábio).

*O Príncipe* é um tratado involuntário sobre a conquista e manutenção inteligente do poder. Maquiavel analisa várias situações de conquista, perda e manutenção do poder e identifica o perfil político ideal do novo príncipe (politicamente virtuoso) que unificaria a Itália e seria capaz de mantê-la estavelmente unida. A Itália não foi unificada no tempo de Maquiavel, mas as conclusões políticas de Maquiavel elaboradas para tal escopo restaram como chave de leitura político-hermenêutica permanente das relações de poder.

A preocupação de Maquiavel com a conquista e manutenção inteligente do poder revela a sua quase obsessão pela ordem política, pela estabilidade política, pela unidade política nacional que ele almejava indicar como construir por meio do estudo das experiências de unidade (ou não-unidade) política dos principados reais por ele analisados sob tal ótica da unidade política do principado como referência para a construção da unidade política nacional da Itália que ele pretendia ver unificada.

Para Maquiavel, o bom governo, o bom principado é aquele que dura, resiste, supera as adversidades, é aquele dotado de unidade-estabilidade política pelas vias da virtude política e bom aproveitamento das ocasiões (fortuna). Tal estabilidade-unidade política gera felicidade nos principados: “enobreceram a própria pátria e deixaram-na

felicíssima” (1996, p.39)<sup>2</sup>. Felicidade, “segurança e bem-estar” do principado (1996, p.93)<sup>3</sup>.

Maquiavel, portanto, não defende a tirania, mas uma estabilidade inteligente e firme, fundada na análise da complexidade das relações entre governantes e governados, na análise da complexidade da gestão do poder, com o dever de sobreviver politicamente na mutabilidade dos interesses, dos humores coletivos, dos ânimos acirrados num cenário de disputas permanentes. Nesse cenário de conflitos, o pensador florentino não sustenta simploriamente a manutenção do poder a qualquer custo, mas indica que seja feita uma análise detalhada, profunda, séria da complexidade e previsibilidade dos custos políticos desejados ou indesejados decorrentes das decisões a serem tomadas.

Em *O Príncipe* está contida a obrigação moral-política, coercitiva de se governar com inteligência e firmeza, pela durabilidade e estabilidade do seu território político de governo. Tal regra moral forte, permanente em *O Príncipe* desautoriza a crítica segundo a qual tal livro seria amoral, ou mesmo imoral. Trata-se, em suma, de um livro sobre o dever moral-político da manutenção (estabilidade) inteligente do poder conquistado.

De fato, já no primeiro capítulo de *O Príncipe*, Maquiavel estabelece diferenças entre principados adquiridos (novos principados) e os principados hereditários ou herdados, sob a ótica da norma (coercitiva) da estabilidade do Estado-principado. Para ele, “nos Estados hereditários e acostumados à presença da família de seu príncipe, as dificuldades para manter o poder são muito menores se comparadas às que podem se apresentar para mantê-lo em um principado novo” (1996, p.15). Para isso, “é suficiente que o príncipe não abandone os modos de governo de seus predecessores” (Ibidem, p.15), pressupondo que junto com o principado, seria herdada pelo príncipe novo também a estabilidade alcançada por seu predecessor.

Essas classificações, descrições, tipologias referem-se aos principados herdados ou novos, como afirmamos, e, também, a outras temáticas fáticas como a diferença entre principado civil e principado eclesiástico; diferença entre principados novos conquistados com armas próprias, ou armas alheias, sendo que, em caso de principados com armas alheias, Maquiavel analisa a situação de principados que usam milícias mercenárias ou exércitos auxiliares, destacando que “um príncipe sábio sempre foge destas milícias e

---

<sup>2</sup> “dónde la loro patria ne fu nobilitata e diventò felicissima” (1988, p.47).

<sup>3</sup> “securtà et il bene essere suo” (1988, p.84),

utiliza as suas próprias. Prefere perder com as suas a vencer com a dos outros” (Ibidem, p.82). Discorre, também, por meio de comparações, sobre as relações entre fortalezas e manutenção do poder, identificando as situações onde elas são mais ou menos necessárias (Capítulo XX).

Segundo a ética política normativa de O Príncipe, o poder conquistado deve ser mantido. Mas de que forma? A qualquer custo? Maquiavel sustenta que a manutenção do poder é uma necessidade, um dever do qual derivam outros deveres relacionados à capacidade do príncipe de descrever, interpretar e avaliar o contexto político caracterizado por disputas e variações de interesses e humores coletivos dos sujeitos envolvidos nessas disputas. Dessa forma, em síntese, o que Maquiavel sugere para a realização de seu objetivo maior (unificação da Itália) é a figura-ideal do príncipe sábio e corajoso, cujo perfil ele identifica nos casos que analisou de gestão do poder caracterizada pela estabilidade (manutenção do poder). O perfil político ideal de príncipe montado indutivamente por Maquiavel não é o do príncipe perverso, cruel, maquiavélico, que busca a manutenção do poder a qualquer custo, mas o do príncipe inteligente e corajoso, ou seja, maquiaveliano, que analisa os custos políticos previstos e indesejáveis de suas ações pela estabilidade-unidade política do Estado-principado (manutenção do poder), tomando decisões resolutas orientadas por tal cálculo de inteligência política.

### **2.1. O príncipe ideal segundo Maquiavel**

O príncipe ideal, segundo a montagem política indutiva de Maquiavel, é o que conquista e mantém o poder (estabilidade do Estado-principado) por meio da inteligência política associada à resoluta determinação de analisar e interpretar para decidir e agir com firmeza.

Ao longo de todo O Príncipe emerge essa relação entre manter o poder “de forma segura e duradoura” (1996, p.19), e as habilidades (virtudes políticas) necessárias para a realização de tal meta política fundamental. O príncipe ideal supera “as dificuldades e as oposições que estão em seu caminho” (Ibidem, p.125). Ele é sábio, prudente, corajoso, determinado, com “ânimo forte e ambições grandes” (Ibidem, p.51), ou seja, não é incauto, ingênuo, pusilânime, irresoluto, hesitante. Não escolhe a neutralidade: “é um amigo verdadeiro ou um inimigo verdadeiro” (Ibidem, p.130). Maquiavel cita o exemplo da tuberculose como metáfora política dos “assuntos de Estado”: “No início o mal é fácil de curar e difícil de diagnosticar. Mas, com o passar do tempo, não tendo sido nem

reconhecida nem medicada, torna-se fácil de diagnosticar e difícil de curar” (Ibidem, p.22). O príncipe sábio é capaz de prever-identificar os males políticos antes que cresçam e torne-se impossível remediá-los, mas sua principal característica é não ser odiado pelo povo. O príncipe sábio, prudente, firme tem o povo a seu favor. De fato, para Maquiavel,

de um povo inimigo, o príncipe nunca poderá se proteger por serem muitos. Dos nobres poderá, pois são poucos (...). O príncipe necessita viver sempre com aquele mesmo povo, mas não precisa dos nobres, podendo fazer e desfazer, qualquer dia, tirar e dar prestígio, como melhor lhe parecer (Ibidem, p.60).

Portanto, não é conforme o pensamento de Maquiavel a interpretação segundo a qual um príncipe deveria governar com crueldade, manter o povo permanentemente aterrorizado para poder manter o poder. Para o secretário florentino, “quem se tornar príncipe pelos favores do povo deve mantê-lo amigo” e, de outro lado, “quem se tornar príncipe com os favores dos grandes e contra o povo deve, antes de tudo, tentar conquistá-lo, o que é fácil, se o proteger” (Ibidem, p.61). Em suma, para ele, “a um príncipe é necessária a amizade do povo, do contrário, não terá salvação na adversidade” (Ibidem, p.62).

No capítulo XX, tratando sobre as fortalezas como instrumentos de proteção, Maquiavel destacará que “a melhor fortaleza que existe é não ser odiado pelo povo. Porque, mesmo que tenhas fortalezas, se o povo sentir ódio por ti, elas não te salvarão”, dado que “nunca faltarão estrangeiros para ajudar o povo rebelado” (Ibidem, p.128). Argumento que vale também na defesa do príncipe contra as conspirações, pois elas necessitam do apoio popular para progredirem: “um dos remédios mais poderosos que um príncipe pode ter contra uma conspiração é não ser odiado por todos”, pois “quem conspira acredita que, com a morte do príncipe, irá satisfazer o povo”, e sem apoio do povo o conspirador sabe que não conseguirá realizar seu objetivo político (Ibidem, p.110). E ainda: “um príncipe que possua uma cidade forte e não seja odiado não pode ser atacado e, se o fosse, quem o atacasse partiria envergonhado” (Ibidem, p.66).

Para Maquiavel, o príncipe sábio, cauto, firme compreende que a manutenção do poder necessita da “benivolenza popolare” (1988, p.95), do apoio do povo, ou “consenso popular” (1996, p.111), segundo a tradução de Maria Cumo. Tal príncipe, em suma, “deve estimar os nobres, mas não fazer-se odiar pelo povo” (Ibidem, p.113).

Maquiavel se dissocia assim do provérbio de seu tempo segundo o qual “quem se apoia no povo, apoia-se na lama”, pois, a seu aviso, isso vale para o “cidadão privado que pretenda ser libertado pelo povo” (Ibidem, p.62). “Mas quando quem se apoia no povo”, pondera Maquiavel, “é um príncipe que sabe comandar, que tem bom coração, que não se assusta na adversidade, que sabe administrar a sua cidade e com o seu ânimo e as suas leis exorta o povo, nunca será enganado por ele e terá feito boas fundações” (Ibidem, p.62). Em tal ponderação, percebe-se explicitamente o que já se encontra de forma implícita em outras passagens de O Príncipe: segundo Maquiavel, para a manutenção do poder, o príncipe ideal, que é sábio, cauto, prudente, firme necessita de um conjunto complexo, interligado de virtudes políticas tais como saber comandar, ter bom coração, não se assustar na adversidade, saber administrar sua cidade com ânimo e na legalidade. Constatções maquiavelianas. Diferentes das interpretações maquiavélicas que ainda persistem no senso comum.

## **2.2. O príncipe, o povo e os custos políticos da manutenção do poder**

É justamente a construção da “benivolenzia popolare” (1988, p.95, 96) um dos critérios fundamentais que orientam o príncipe sábio, prudente e firme de Maquiavel nos seus cálculos dos custos previstos e imprevistos das tomadas de decisão políticas pela manutenção inteligente da unidade política. A partir de tal critério, Maquiavel constatará que o príncipe que gasta demais transformará o contentamento popular imediato em descontentamento desestabilizador, uma vez que provavelmente terá de adotar políticas de contenção de despesas para compensar sua liberalidade econômica antecedente, transformando o humor favorável em desfavorável (Capítulo XVI, 1996, p.95-98). Por isso, Maquiavel considerará politicamente virtuoso o príncipe parcimonioso, avaliando a parcimônia como instrumento mais adequado que a liberalidade na relação política exitosa entre “benivolenzia popolare” e estabilidade do poder.

Segundo Maquiavel, há uma relação de recíproca dependência, necessidade, entre príncipe e povo. Para ele, “um príncipe sábio deve pensar no modo em que os seus cidadãos, sempre e em qualquer tempo, precisem do Estado e dele. Assim, ser-lhe-ão sempre fieis” (1996, p.63). A relação entre príncipe e povo, segundo o pensador florentino, não é uma relação de amor romântico, mas uma relação de compartilhamento de interesses materiais interdependentes, uma relação de recíproca sobrevivência. Nessa

relação fática funda-se a conexão delicada, complexa entre manutenção do poder (estabilidade política), proteção recíproca e consenso ou “benivolenzia popolare”.

Dessa forma, diferente do príncipe que vive voltado para “os prazeres da vida” (Ibidem, p.87), “ocioso” (Ibidem, p.90), “efeminado e pusilânime” (Ibidem, p.92), Maquiavel destaca que o príncipe virtuoso é exitoso porque asceta: conquista as virtudes políticas necessárias para a manutenção inteligente do poder, liderando suas forças militares (Capítulo XIV), exercitando-se na ciência e arte da conquista e manutenção da estabilidade política, por meio das virtudes políticas, com o aproveitamento das ocasiões (fortuna). Em tempos de paz, tal príncipe asceta se prepara para as prováveis adversidades “com ações e com a mente” (Ibidem, p.88), “de modo que a sorte, quando mudar, encontre-o pronto para resistir” (Ibidem, p.90). Para Maquiavel, “quanto ao exercício da mente, o príncipe deve ler livros de história, refletir sobre os atos dos grandes homens. Ver como foram conduzidas as guerras, examinar os motivos de suas vitórias e derrotas para destas fugir e imitar as primeiras” (Ibidem, p.89). O estudo, portanto, não para a ilustração aristocrática, mas como exercício vital de virtude política para a manutenção inteligente do poder.

### **2.3. O ser humano nas relações de poder segundo Maquiavel**

No perfil ideal do príncipe construído por Maquiavel, calculista na busca da manutenção do poder, está contida sua compreensão moral sobre a natureza humana, para ele ambígua, mutável, variável. Dessa forma, emerge que o realismo de Maquiavel possui duas notas típicas: é realismo metodológico (ele busca de modo indutivo a verdade efetiva da coisa) e realismo político-antropológico: sustenta que o ser humano (súditos e nobres) é de humor variável conforme a realização ou não de seus interesses materiais, revelando o que é ou representando o que não é.

Maquiavel, ao afirmar que o príncipe desenvolve suas atividades de poder “entre tantos que não são bons” (1996, p.91), caracteriza o lugar político do príncipe como lugar ameaçado pelas possibilidades constantes de traição, mentira, falsidade, não-fidelidade entre súditos e nobres aliados. Por isso, para o secretário florentino, o príncipe inteligente é prudente, identifica e interpreta o humor real dos seus interlocutores, tomando decisões fundadas nessa interpretação. Em situações de humor desfavorável, “para um príncipe é necessário, querendo se manter, aprender a poder ser não bom e usar ou não usar isso, conforme precisar” (Ibidem, p.91-92). O príncipe sábio, portanto, não é ingênuo, é

prudente, ou melhor, na inteligência indutivo-analítica do príncipe está contida a prudência política, com seus cálculos de probabilidade, com sua capacidade de prever o péssimo que mesmo sendo indesejado é provável.

Ser “não bom” não significa ser mal, como infelizmente encontramos em algumas traduções equivocadas de *O Príncipe* em língua portuguesa. No texto original, a nosso aviso bem traduzido por Maria Cumo, lemos: “Onde è necessario a uno principe, volendosi mantenere, imparare a potere essere non buono, et usarlo e non usare secondo la necessita” (1988, p.83). Assim, Maquiavel não recomenda que o príncipe seja mau, mas firme, resoluto, não-ingênuo, prudente, não-bom. Para se defender de cidadãos particulares, poderia e deveria agir usar as medidas previstas nas leis contra conspirações, por exemplo, o que na época significava inclusive aplicar a pena de morte. Mas a relação com o povo (súditos) é mais complexa. Se Maquiavel recomendasse ao príncipe de agir com maldade contra o povo, como método de manutenção do poder, ele estaria negando a lógica geral de seu livro: “a um príncipe é necessária a amizade do povo, do contrário, não terá salvação na adversidade” (1996, p.62); “a melhor fortaleza que existe é não ser odiado pelo povo” (Ibidem, p.128); etc.

Em tal quadro hermenêutico compreende-se a pergunta do Capítulo XVII: deve um príncipe ser amado ou temido? O que significa ser temido? Seria o mesmo que ser odiado? E por quem ser temido, por cidadãos privados, nobres, ou pela maioria dos súditos? Maquiavel inicia o capítulo XVII sustentando justamente que “todo príncipe deve desejar ser considerado clemente e não cruel”, usando, porém, a clemência com prudência, pois a “piedade excessiva” pode permitir “desordens” (Ibidem, p.99). Sobre o príncipe prudente, destaca “que a excessiva confiança não o torne incauto e a excessiva desconfiança não o torne intolerável” (Ibidem, p.100).

A resposta de Maquiavel, como é nota, é que é melhor ser amado e temido, mas destaca que “é muito mais seguro ser temido do que amado, no caso de ser preciso renunciar a um dos dois” (Ibidem, p.100). O significado de ser temido, porém, não é o mesmo de ser odiado. De fato, para ele, “o príncipe deve se fazer temer de um modo que, se não conquista o amor, evita o ódio. É possível ser, ao mesmo tempo, temido, mas não odiado” (Ibidem, p.101)<sup>4</sup>. Dessa forma, ser temido pode ser interpretado como agir com

---

<sup>4</sup> “Debbe non di manco el principe farsi temere in modo, che, se non acquista lo amore, che fugga l’odio; perché può molto bene stare insieme esser temuto e non odiato” (1988, p.89).

a firmeza necessária para ser respeitado, sem ultrapassar o limite da crueldade, que atrairia o ódio, rejeitado por Maquiavel na lógica das virtudes políticas do príncipe ideal. Mas por qual motivo o secretário florentino sustenta a necessidade de firmeza resoluto, de respeito coercitivo? A motivação de Maquiavel é sempre a busca da manutenção inteligente do poder, evitando as desordens derivadas da ingenuidade, um dos ingredientes negativos (politicamente não-virtuoso) do príncipe hesitante, pusilânime, que não aprendeu a identificar o humor político real dos seus interlocutores, eventualmente camuflado em uma representação apenas aparentemente favorável ao príncipe. E a explicação dessa representação política (falsificação), encontra-se na interpretação moral de Maquiavel sobre a ambiguidade da natureza humana:

Geralmente, pode-se dizer que os homens são ingratos, volúveis, mentirosos, traiçoeiros, covardes, ávidos por dinheiro. Se lhes fazes o bem, todos estão contigo. Oferecem-te o sangue, as coisas, a vida, os filhos, como disse antes, quando a necessidade está longe de ti. Mas quando a necessidade chega perto, eles se rebelam. E o príncipe que havia se baseado completamente nas palavras deles, se não tiver outras defesas, arruína-se (1996, p.100-101).

A aliança política de um príncipe com o povo, portanto, é necessária, mas não pode ser incauta. Para a sustentação da unidade política do principado - sentido ou significado público, coletivo do poder que o príncipe virtuoso deve manter -, em caso de adversidade política, o ser temido é ingrediente necessário, obrigatório, mas no sentido de não ser odiado, pois o ódio, diferente do temor, segundo a hermenêutica política de Maquiavel, acelera a ruína política em vez de superá-la: o príncipe sábio e prudente “deve somente cuidar para fugir do ódio” (Ibidem, p.103)<sup>5</sup>.

Segundo Maquiavel, portanto, os seres humanos são moralmente ambíguos, podendo agir com bondade ou com maldade. Ao afirmar que “os homens esquecem mais rápido a morte do pai do que a perda do patrimônio” (1996, p.101), ele recomenda que não se toque em seus bens, pois isso provoca ódio, ou seja, mais uma justificativa para o emprego da inteligência política fundada na prudência, que, em algumas situações,

---

<sup>5</sup> “Debbe solamente ingegnarsi di fuggire lo odio” (1988, p.90).

“consiste em saber reconhecer as qualidades dos inconvenientes e ver o menos prejudicial como sendo bom” (Ibidem, p.133)<sup>6</sup>.

A palavra “prudência” é frequente em *O Príncipe*, e Maquiavel usa também o termo “prudéntíssimos” (1996, p.137)<sup>7</sup> ao destacar a necessidade de os príncipes defenderem-se dos “aduladores, dos quais as cortes estão repletas”, e que ele classifica como sendo uma “peste” (Ibidem, p.137). Porém, há também o perigo oposto, que é o de permitir que todos digam a verdade ao príncipe, pois “quando todos podem te dizer a verdade, falta-te a reverência” (Ibidem, p.137). Entre a adulação e a disseminação de conselheiros sinceros, segundo Maquiavel

um príncipe prudente deve escolher uma terceira solução, elegendo homens sábios para o seu governo. Só a eles deve permitir que digam a verdade e só a respeito do que lhes perguntar e nada mais. Mas deve lhes perguntar sobre tudo, ouvir a opinião deles para depois deliberar sozinho, como achar certo (Ibidem, p.137).

A sabedoria do príncipe, porém, segundo Maquiavel, não está nos conselhos que ouve. “Um príncipe que não seja sábio nunca ouvirá conselhos uníssonos, nem saberá sintetizá-los”, continua o pensador florentino, que conclui tal observação destacando que “os bons conselhos, de onde quer que provenham, nascem da prudência do príncipe e não a prudência do príncipe dos bons conselhos” (Ibidem, p.139).

### **Considerações conclusivas**

A maior virtude cognitiva de um príncipe, portanto, é sua inteligência indutivo-hermenêutica, associada às virtudes também políticas, intelectuais e práticas, da prudência e “firmeza de ânimo” (Ibidem, p.113), que elabora projetos de ação (estratégias) para a ação efetiva.

A necessidade da firmeza resoluta é imposta pela ambiguidade dos sujeitos políticos envolvidos nas relações entre príncipes, súditos e nobres. “Se todos os homens fossem bons”, resume Maquiavel no capítulo XVIII, “este preceito não seria bom, mas como são malvados e não a manteriam para ti, tu, também, não deves mantê-la para eles”

---

<sup>6</sup> “La prudenzia consiste in sapere conoscere le qualità delli inconvenienti, e pigliare el men tristo per buono” (Ibidem, p.111).

<sup>7</sup> “prudéntissimi” (Ibidem, p.115).

(Ibidem, p.106). Manter ou não a palavra dada, quebrar ou não suas promessas depende, assim, da avaliação das circunstâncias em função da norma geral do príncipe: a manutenção inteligente do poder.

Na concretização de tal firmeza resoluto pela manutenção inteligente e prudente do poder, Maquiavel sugere que o príncipe sábio e prudente governe unido em si a sutileza da raposa, que descobre as armadilhas camufladas, e a força firme do leão, sabendo quando usar uma ou outra dessas duas modalidades diferentes e complementares de força política. Todavia, o mesmo Maquiavel para o qual “os homens são maus, se a necessidade não os torna bons” (Ibidem, p.139), em O Príncipe afirma também que “os homens nunca são tão desonestos a ponto de demonstrar tanta ingratidão e oprimir a quem devem gratidão” (Ibidem, p.132)<sup>8</sup>.

Dessa forma, o que Maquiavel destaca, a nosso aviso, é que o ser humano, nas suas relações de poder é ambíguo, volúvel, de humor variável, podendo ser bom ou mau, nem sempre bom nem sempre mau conforme as necessidades que emergem nas relações materiais de poder.

O príncipe virtuoso, portanto, não é o príncipe odiado, não é o que busca a manutenção do poder a qualquer custo. O príncipe virtuoso não é “odioso e desprezível”, e ele “torna-se desprezível quando é considerado volúvel, superficial, efeminado, pusilânime, indeciso” (Ibidem, p.109). Maquiavel constatou, em síntese, que “o ódio e o desprezo foram a razão da ruína” de muitos príncipes (Ibidem, p.121). Assim, nem odioso nem desprezível, mas sábio, prudente, resoluto para “conquistar e manter o Estado” (Ibidem, p.108); mantê-lo “bem ordenado” (Ibidem, p.112) e “seguro” (Ibidem, p.127).

E os meios materiais empregados na realização desse objetivo político são os meios necessários conhecidos desde antes de 1513, quando Maquiavel escreveu O Príncipe, ou seja, o secretário-pensador florentino não inventou um novo sistema político, nem técnicas novas de defesa militar. O que ele criou foi um novo método político-intelectual, indutivo-investigativo-hermenêutico e operativo de manutenção inteligente do poder, ancorada em cálculos permanentes de previsibilidade dos custos políticos das tomadas de decisão sob a ótica da realização da “benivolenza popolare” (1988, p.95, 96).

---

<sup>8</sup> “E li uomini non sono mai sí dionesti, che con tanto esemplo di ingratitude ti opprimessino” (1988, p.111).

Entretanto, o que escrevemos nessas páginas serve apenas, como é óbvio, para uma leitura parcial, recortada, inconclusiva de *O Príncipe*, dado que se trata de uma obra sempre aberta e sempre maior do que até hoje se escreveu e se escreve sobre ela.

### **Bibliografia**

CROCE, Benedetto. *Etica e politica*. Bari: Laterza, 1931.

D'ADDIO, Mario. *Storie delle dottrine politiche*. Gênova: ECIG, 1995.

MACHIAVELLI, Niccolò. *Il Principe*. La Spezia: Fratelli Melita Editori, 1988.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Tradução de Maria Lucia Cumo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MARQUES, Luiz. Maquiavel e sua época. In: *Revista história viva: Maquiavel – o gênio de Florença*. São Paulo: Duetto, n. 15, 2006.

PIZZORNI, Reginaldo. *Storia delle dottrine politiche*. Roma: 1989.

VILLARI, Pasquale. Lo spirito dei tempi. In: *Niccolò Machiavelli – Opere*. Milão: Gherardo Casini Editore, 1989, p.17-25.